

As eleições e o sindicalismo policial

Candidaturas de policiais reconfiguraram a segurança pública nos Estados. Setor tem suas próprias agendas e se opõem às orientações dos governadores, deixando claro que políticas públicas da segurança precisam contar com sua anuência

Arthur Trindade M. Costa
4 de novembro de 2020

PHOTO PRESS/FOLHAPRESS



Maio de 2020: policiais encapuzados protestam no Ceará contra as condições de trabalho

Os dados da edição 2020 do *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, divulgados no último dia 19, trazem uma mudança importante no comportamento de policiais e militares das Forças Armadas candidatos a cargos eletivos. Entre 2012 e 2020, o número desses profissionais candidatos ao cargo de vereador observou redução de 7,2%. Em 2012, o TSE havia registrado 7.322 nomes; em 2016, 7.041; e, em 2020, 6.382. Em sentido contrário, o número de policiais que se candidataram ao cargo de deputado estadual em 2014 e 2018 subiu 37,3%, em um indicativo de que segurança tem sido tratada fundamentalmente como tema da competência legislativa da União e dos Estados.

Os motivos dessa tendência não são difíceis de entender. As polícias são subordinadas aos governadores e suas principais pautas de interesse são de competência federal e estadual. Assim, os profissionais da área exploram, como uma forma de ter sucesso eleitoral, pautas de interesse imediato e do cotidiano dos policiais, que, segundo dados da Receita Federal e do TSE, representam

algo como 3,7% do eleitorado do país. Também não se pode esquecer que a legislação favorece a candidatura de policiais, pois permite que sejam registradas sem a necessidade de disputar vagas nas convenções partidárias. Por fim, a presidência de Jair Bolsonaro serve de incentivo para que os policiais se lancem na disputa pelos votos da população.

Se a candidatura de policiais e demais profissionais da área tem sido uma empreitada bem-sucedida, o exercício dos mandatos não tem sido nada fácil. No plano federal, as proposições dos deputados-policiais raramente são transformadas em leis. Alinhada com suas bandeiras eleitorais, a maior parte das proposições tratam de temas de interesse corporativos como aposentadorias, direitos trabalhistas e carreiras policiais. São poucas as propostas institucionais que visem mudanças na estrutura do campo da segurança pública para melhorar a articulação entre as polícias ou com o sistema de justiça criminal. Tampouco há propostas para redefinir o papel dos outros atores que também compõem o campo como os municípios, a segurança privada e os departamentos de trânsito. Não se tem notícias de iniciativas parlamentares para atenuar as desigualdades de gênero e raça no interior das polícias.

Por trás dessa força política está o fortalecimento dos sindicatos e das associações de policiais. E os deputados-policiais atuam como representantes sindicais. É importante lembrar que, apesar da vedação para a sindicalização, os policiais e bombeiros militares têm constituído associações e outros coletivos para reivindicar direitos. Estes grupos têm atuado como quase-sindicatos e demandam pelo fim do militarismo nas polícias, que significa, via de regra, acabar com os códigos disciplinares, pela criação de novos planos de carreiras e novas estruturas organizacionais, desde que eles sejam os protagonistas.

O surgimento do sindicalismo policial reconfigurou significativamente o campo da segurança pública estadual. Eles possuem suas próprias agendas e frequentemente se opõem às orientações dos governadores para novas políticas e programas, deixando claro que qualquer política pública de segurança precisa contar com sua anuência. Iniciativas como a contratação de funcionários civis, cooperação com organizações não-governamentais e a adoção de metas de desempenho têm encontrado grande oposição dos sindicatos e de seus representantes políticos.

O processo decisório dentro das organizações policiais também se tornou mais complexo com novos conflitos, que não podem mais ser operados dentro de uma estrutura altamente militarizada e burocrática. A ideia de que os comandantes representam seus subordinados em todos os aspectos, inclusive nas demandas trabalhistas, passou a ser bastante questionada entre os policiais das carreiras que formam a base de tais categorias profissionais.

A existência de diferentes planos de carreiras, com regras de promoções distintas também causa grande tensão dentro das polícias. Geralmente a carreira dos oficiais tem grande fluidez, enquanto as promoções de praças são demoradas. O tempo médio para alcançar o posto de subtenente, em alguns casos chega a ser o dobro do tempo necessário a promoção ao posto de coronel.

Este quadro tem levado a várias greves que, via-de-regra, opõem oficiais e praças. Das 715 greves analisadas por José Vicente Tavares dos Santos, da UFRGS, 52 foram conduzidas, entre 1997 e 2017, por policiais militares. Tais manifestações sempre foram proibidas e, segundo o Código Penal Militar, são configuradas como motins e estão sujeitas a penalidades severas. O impacto dessas paralisações na vida da população é muito grande, na medida as polícias militares são as responsáveis pelo policiamento ostensivo das ruas e da população.

A presença de policiais nas casas legislativas tem mudado profundamente o campo da segurança pública, mas diferentemente de outras categorias profissionais, a pauta de reivindicações não costuma ser unificada e definida no âmbito de um único grupo político. Frequentemente, esta pauta é objeto de conflito entre os diversos grupos que representam os policiais.

Para concluir, depreende-se desta rápida análise que os dados do *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* deveriam servir de base para discutir as implicações dessa intensa atividade política dentro das polícias brasileiras. Em especial, os dados deveriam contribuir para aproximar a pauta dos profissionais da área de uma agenda de modernização e reformas das instituições de segurança pública do país que, além de equacionar o dilema das péssimas condições de vida e trabalho dos profissionais destas instituições, focasse esforços para reduzir a violência e o medo, bem como controlar o crime de forma mais eficiente e efetiva.

Arthur Trindade M. Costa

Professor de sociologia da Universidade de Brasília e membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

<https://www.fontesegura.org.br/multiplas-vozes/5srx2tbrzq>

